



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE RORAIMA



ESDEP-RR
ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

ALVARÁ JUDICIAL

(Para levantamento de valores
deixados por pessoa falecida)

PRODUÇÃO

Esta cartilha foi produzida pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima, em colaboração com os(as) membros(as) e servidores(as) abaixo:

Diretor(a)-Geral da ESDEP:

2023/2024 - Dr^a Lenir Rodrigues.

2025 - Dr. Frederico Cesar Leão Encarnação.

2025 - Dra. Beatriz Dufflis Fernandes.

Coordenador-Geral da ESDEP: Prof. Vilmar Antônio da Silva

Coordenadora do Projeto: Dr^a Christianne Gonzalez Leite

Texto: Dr^a Alessandra Andrea Miglioranza e Dr^a Emira Latife L. Salomão Reis.

Revisão de texto: Equipe da ESDEP.

Arte e diagramação: Leticia Damasceno Oliveira - Equipe da ESDEP.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

<https://defensoria.rr.def.br/>

Telefone: 55 95 98419-5274 no WhatsApp.

ESDEP - Escola Superior da Defensoria Pública de Roraima

Endereço: Rua Coronel Pinto, 48, Centro, Boa Vista – RR.

E-mail: esdep@rr.def.br

Site da ESDEP: <http://escolasuperior.rr.def.br/>

Telefone: (95) 2121-0286



CABIMENTO



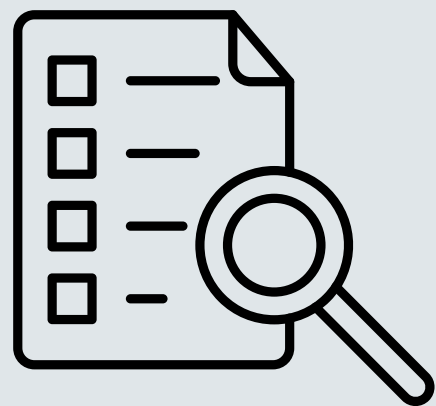
O Alvará Judicial constitui uma ordem expedida pela autoridade judiciária em favor de alguém que necessita de autorização legal para a prática de determinado ato ou para o levantamento de valores.

Sua aplicação mais comum abrange:

1-Autorização para venda ou compra de bens imóveis pertencentes a incapazes (menores ou interditados).

2 - Liberação de valores devidos a pessoas falecidas (PIS, FGTS, saldos de conta-corrente, caderneta de poupança, verbas rescisórias, restituição de imposto de renda ou remanescentes de benefícios do INSS), desde que não existam outros bens sujeitos a inventário.

Investigar atentamente sobre a existência ou não de bens em nome do “*de cujus*”.



Em princípio, o falecimento de uma pessoa que deixa patrimônio impõe a abertura do inventário. Contudo, essa norma é excepcionada pela Lei n.º 6.858/80, que permite aos dependentes ou herdeiros ingressarem com um pedido de Alvará Judicial para levantamento de quantias específicas, dispensando o inventário nos casos previstos em lei.

LEGITIMIDADE ATIVA:

- a) Dependentes habilitados junto ao INSS ou órgão previdenciário ao qual o servidor público falecido era vinculado;
- b) Na falta de dependentes: todos os herdeiros e o cônjuge supérstite (cônjuge sobrevivente) - nos termos do art. 1829 CC .



Observação: Havendo cônjuge vivo e filhos, necessário ingressar com o pedido em nome de todos ou, caso ajuizada por apenas um deles, deverá ser anexada a anuência expressa dos demais ou indicá-los na petição.

DOCUMENTOS EXIGIDOS:

- Documento de Identificação com foto (RG e CPF), Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Reconhecimento de União Estável, Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone) do Requerente;
- Documentos que demonstrem os rendimentos dos membros da entidade familiar do/a interessado/a, tais como contracheque, carteira de trabalho, comprovante de recebimento de bolsa família;
- Comprovante de PIS /PASEP, FGTS, poupança, conta bancária, resíduo de aposentadoria, etc;
- Certidão de óbito;
- Declaração de dependentes inscritos no INSS ou órgão previdenciário a que o servidor público falecido era vinculado.
- Certidões Negativas de débito em nome do falecido, expedidas pela Receita Federal, Secretaria de Fazenda do Estado e Prefeitura, obtidas no site desses órgãos utilizando o CPF do *de cujus*.